

INTERSINDICAL

INSTRUMENTO DE LUTA E ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

www.intersindical.org.br - luta_intersindical@yahoo.com.br

SETEMBRO - 2012

É hora de abrir bem os olhos e se colocar em movimento Mais uma vez estão tentando mexer em nossos Direitos

Já está nas mãos do governo Dilma e do Congresso Nacional, o projeto de lei elaborado pela CUT que libera os patrões para atacar direitos garantidos

Companheiros/as

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) através do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP entregou para o governo Dilma no final de 2011 um projeto de lei denominado Acordo Coletivo com Propósito Específico, mais chamado de Acordo Coletivo Especial (ACE), o conteúdo do projeto? Abrir a porteira para a redução de direitos.

Quem deveria estar com os trabalhadores, agora é porta voz dos interesses dos patrões

O anteprojeto entregue pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo/SP é apoiado não só pela CUT, mas pela maioria das centrais sindicais e o principal objetivo é colocar na lei a experiência realizada no ABC paulista nas duas últimas décadas: a redução de direitos e salários.

O que eles tentam esconder na proposta de ACORDO COLETIVO ESPECIAL (ACE)

O que dizem

Os defensores do ACE dizem que a CLT impede a ampliação dos direitos e da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho.

Dizem que a experiência em São Bernardo do Campo, possibilitou maior organização dos trabalhadores dentro das fabricas e a ampliação dos direitos. Defendem que o ACE se torne lei, para que todas as categorias possam negociar “livremente” com os patrões de acordo com as necessidades das empresas qualquer coisa, sem a interferência das fiscalizações do Ministério do Trabalho e do Judiciário.

O que escondem

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) criada na década de 40 não foi uma concessão de Getúlio ou dos patrões, ao contrário, o governo teve que colocar na lei vários direitos, porque os trabalhadores estavam em luta. O governo se aproveitou da CLT para tentar frear o movimento dos trabalhadores, impondo a interferência do Estado através do Ministério do Trabalho nos Sindicatos, mas isso não conseguiu impedir a classe trabalhadora de continuar a lutar e ampliar seus direitos.

E a luta continua: os Sindicatos que têm compromisso com a

classe trabalhadora na luta têm conseguido não só manter os direitos sempre ameaçados pelos patrões, como ampliá-los.

Já a experiência em São Bernardo é o contrário: as comissões de fábrica reconhecidas pelos patrões, como o próprio presidente do Sindicato diz, têm um “escritório dentro da empresa” é lá não é o espaço de organização da luta, mas das negociações que vão desde o cafezinho à aceitação do banco de horas, da terceirização, da redução de salários e direitos na Convenção Coletiva de Trabalho.

A LUTA É PARA NÃO PERMITIR QUE ISSO VIRE LEI:



É isso que o Acordo Coletivo Especial (ACE) vai garantir às empresas, caso vire lei: a possibilidade de negociar tudo pra baixo: salários, parcelamento e redução de férias, 13º e por aí vai.

O governo Dilma, a maioria absoluta dos deputados e senadores e agora a maior parte das centrais sindicais estão à disposição dos interesses dos patrões, por isso não adianta achar que só passeatas em Brasília vão resolver. É hora de mostrar o que eles tentam esconder e mais do que isso: parar os locais de trabalho, fonte de lucro do patrão.

É ASSIM QUE VAMOS GARANTIR NENHUM DIREITO A MENOS E AVANÇAR EM NOVAS CONQUISTAS.

Para conhecer mais sobre o projeto de lei do ACE entre em contato com a Intersindical e adquira nossa Revista:

“A Classe em Luta para sair do furacão”



Está na boca deles:

“...uma enxurrada de processos pode sobrecarregar ainda mais a Justiça do Trabalho e o departamento jurídico das empresas e sindicatos. Em síntese: cresce o passivo trabalhista, crescem as tensões”

Esse é um dos argumentos do projeto de lei sobre o ACE: acabar com a possibilidade do trabalhador, colocar no pau o patrão que não respeitou seu direito.

Isso eles não falam, mas está lá escrito no projeto de lei. Esses sindicatos e centrais sindicais pelegas, querem impedir os trabalhadores de acionarem o Judiciário quando se sentirem lesados em seus direitos.

Essa turma quer a garantia que os acordos rebaixados assinados entre eles e os patrões não sejam cancelados, através de ações no Judiciário, como hoje acontece.

Lá na proposta do ACE também está escrito que são os trabalhadores que vão decidir. Sabem como? Ou aceitam, ou aceitam!

O projeto de lei sobre o ACE diz que são os trabalhadores através de assembleias e/ou votações em

urna que decidirão se aceitam ou não os acordos que podem reduzir direitos. E que tais acordos só podem ser feitos desde que haja nos locais de trabalho comissões de representação sindical.

O exemplo para o ACE é o ABC. Então veja como é lá: *“... bons profissionais de Recursos Humanos das empresas, com o tempo aprenderam e viram que a representação gerava coresponsabilidade e os sindicalistas sabiam perfeitamente distinguir conflitos naturais no trabalho e episódios de indisciplina, comportamento agressivo e provocações”* (da Cartilha do Sindicato dos Metalúrgicos de SBC sobre o ACE)

Lá os patrões tem uma forma de pressão muito mais eficaz do que o chefe: são os representantes sindicais, que cobram dos trabalhadores, mais produção e submissão. São eles também que estão lá no momento da assembleia ou da votação secreta sobre

acordos que permitem a redução de direitos, dizendo para o trabalhador, algo assim: “ou aceita, ou o próximo no facão será você”. Depois do acordo aprovado lá se vão os direitos e na sequencia também o emprego, pois as demissões também continuaram no ABC.

Gráfico 03: Receita Volkswagen São Bernardo São Bernardo - RS em Milhões ¹²



Fonte: Diário do Grande ABC

Gráfico 04: Número de empregados -Volkswagen



Fonte: Diário do Grande ABC

¹² Extraído do site: http://home.dgabc.com.br/quemequem2007/qq2007_premiadas_volkswagen.asp

Mas há quem diga não! E não são poucos

Não são só palavras, são palavras carregadas de ação. Nós da Intersindical em várias categorias provamos que na luta conseguimos manter e ampliar direitos, como no ramo metalúrgico.

Enquanto a Federação dos Metalúrgicos da CUT entregou direitos importantes da categoria para os patrões em 1997, como a cláusula que garantia a estabilidade no emprego até a aposenta-

doria, para todo trabalhador vítima de acidente ou doença provocada pelo trabalho que tenha deixado seqüela permanente, nós fomos à luta e não permitimos que esse direito que não existe na CLT, mas está garantido em nosso Acordo Coletivo de Trabalho fosse retirado. E conseguimos! Com muita greve e organização garantimos a manutenção desse direito e ampliação de outros.



DIA 11 DE SETEMBRO LUTA NOS LOCAIS DE TRABALHO CONTRA TODAS AS FORMAS DE ATAQUE AOS DIREITOS

A Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora definiu em seu Encontro Nacional realizado no mês de julho que a luta fundamental do próximo período é o combate a todas as formas de precarização como a terceirização, as condições de trabalho que levam ao adoecimento e a morte e contra todas as tentativas de reduzir direitos.

É por isso que no dia 11 de Setembro em diversos estados e categorias onde a Intersindical está presente realizaremos manifestações e paralisações contra o projeto de lei que permite a diminuição dos direitos.

PARA DERRUBAR O ACE A LUTA É AGORA.